

XXV CONGRESSO NACIONAL DA JSD

CORAGEM DE FAZER O QUE ESTÁ CERTO

David Micaelo Cristóvão (Almada)

CAMINHAR LADO A LADO – NÃO DEIXAR NINGUÉM PARA TRÁS

“Falta de ética. Esta é a expressão que melhor define este processo eleitoral. Regulamentos não cumpridos, impugnações sem motivos, acordos entre membros de Comissões Políticas Concelhias quebrados no último segundo da entrega de listas, facas espetadas em companheiros próximos, prints de conversas falsas para tentar “limpar” da lista de delegados e de concelhias quem dá jeito. Tudo por um voto. Tudo porque há os prometidos, os candidatos naturais, os incontornáveis. Todas as pessoas que são contra ciclos dinásticos têm de usar um colete à prova de bala, para conseguirem sair ilesos à data do congresso. Hoje, o que conta, é dizer como, quando e em quem votar. Esta é a liderança que se apregoa na JSD.

A liberdade de pensamento tende a deixar de existir, se nada se fizer em contrário. Por medos, pressões, pressões estas por vezes sendo feitas por quadros do PSD, metendo em risco a autonomia da JSD face ao partido. Por ameaças, calculismos. A política não pode ser feita desta forma. A ética é um princípio que nunca devia ter deixado de existir na JSD. A liberdade é um direito que tem de ser devolvido a todos os militantes. A política tem de ser feita de forma leal, verdadeira, íntegra e séria. Temos de deixar de ter um sistema manipulador, de forma a conseguirmos lidar com o nosso próprio pensamento de livre e espontânea vontade.

Não ripostar por um lugar na CPN, não valer tudo por um lugar em qualquer lista. Valer sim, tudo, por um mundo diferente. Um mundo melhor onde os jovens portugueses e os jovens militantes é que contam. Esta é a prioridade. Deixemos as ambições pessoais de lado. Vamos à luta pelo que realmente importa.”

Cristiana Gonçalves

“Humanidade e Política sempre caminharam de mãos dadas, partilhando, inclusivamente, o mesmo berço. Sendo um ser naturalmente gregário¹, a vivência em sociedade sempre acarretou desafios que eram melhor resolvidos em conjunto do que individualmente. A necessidade de regular a vida social, de estipular regras para a vivência coletiva, levou a que o fenómeno da sociedade fosse tão intrínseco à humanidade quanto a Política ou o Direito.²

¹ Do latim, “Ubi homo ibi societas”

² Do latim, “Ubi societas ibi jus”

Assim, a Política nasceu como a gestão da res pública, ou seja, da causa pública. Contudo, a ideia de delegação de poderes a representantes desde cedo acarretou a tentação da corrupção política. Toda a história da prática Política é feita neste deambular constante que o poder oferece: o serviço comum, por um lado, e o aproveitamento próprio, pelo outro. Esta constante dicotomia não é sanável, nem sequer evitável. Depende sim, de um forte cunho ético e identitário de quem nos representa, dos agentes políticos.

Cabe-nos a nós, JSD, formar os dirigentes do amanhã, alicerçando-os numa base ética que os prepare para servir o País e não o próprio bolso. Quando as vicissitudes que criticamos lá fora começam cá dentro, estão as condições lançadas para hipotecarmos o futuro da geração que pretendemos vir a representar. A perpetuação no poder, a gestão irresponsável, a dependência do dinheiro público para sobreviver, a criação de sacos de votos, a utilização da JSD para fins partidários, a marginalização de quem pensa diferente, são algumas das práticas que não podem ser só criticadas nos discursos, têm de ser combatidas na prática! A nós, JSD, cabe-nos dar o exemplo e combater ininterruptamente por uma moralização da Política. Não por nós, mas pelos portugueses que querem confiar nos seus representantes. Não por nós, pelo nosso Portugal!”

Gabriel Albuquerque

A ÉTICA NA POLÍTICA

A política virou costas à ética, e isso deve envergonhar-nos a todos. É hoje fundamental recentrar a atividade política no campo dos valores, da honra, e da dignidade da pessoa humana – praticá-la, e não apenas advogá-la.

Serão muito poucos os portugueses – tal como muito poucos os nossos militantes – sem a consciência de que algo está mal na nossa vida política. Serão ainda menos os agentes políticos que não se orgulhem de fazer discursos mais ou menos inflamados sobre a moralização da vida política. É preciso, no entanto, adequar a prática ao discurso.

As juventudes partidárias devem assumir um papel de especial responsabilidade nesta consciencialização prática e na concretização determinada de mecanismos para a moralização da atividade política. O futuro da Democracia não poderá estar apenas assente numa lógica de punição dos prevaricadores – até porque nem sempre se colocam questões de legalidade –, mas antes numa lógica preventiva de formação e interiorização da moral e dos valores na ação. Isto é, a política não pode sobreviver numa lógica de fazer o que está certo por receio das consequências, mas sim viver por uma consciencialização intrínseca do que é certo e do que é errado, e pela concretização deliberada de ações nesse sentido.

“Hoje, mais do que noutros tempos antes de nós, assistimos a notáveis dificuldades de conexão entre os partidos, as juventudes partidárias, e as populações. Com efeito, a falta de identificação dos jovens com alguns dos partidos tradicionais conduz à ascensão de forças radicais, focadas na sovietação do país, que procuram a política irresponsável e sem fundamento no real interesse das pessoas. Na verdade, sabemos hoje que muitos jovens procuraram o voto nestas forças políticas na inconsciência de que da sua escolha pudessem resultar consequências para si e para o país. Ora, como demonstrou a golpada

política de Novembro de 2015, o voto nas forças radicais de sovietação foi tudo menos inconsequente.”

David Micaelo Cristóvão

XXIV Congresso Nacional da JSD: Abordagens à Organização Interna e à Credibilização

As consequências práticas da descredibilização dos partidos e dos políticos tradicionais sentem-se, assim, também na performance política, social e económica do país. Com efeito, a migração de votos para forças radicais provocou uma radicalização ideológica da ação política da qual o interesse nacional saiu – em muito – prejudicado. Existe, pois, uma fuga para forças políticas menos experimentadas, e por isso menos descredibilizadas, que usam essa sua influência para adotar políticas que se fundam apenas no interesse de pequenos grupos que lhes são simpáticos – este ciclo vicioso de descredibilização dos políticos funda-se numa política oscilante, sem que haja um garante permanente da moral e dos valores éticos que devem guiar a atuação política, i.e., a escolha torna-se, cada vez mais, entre uma decisão entre aquele que, a cada momento, é menos mau. Não existe, por isso, um projeto verdadeiramente mobilizador de transformação do país, fundado em fazer o que está certo da maneira certa.

Porém, mais do que pelo interesse eleitoral, ter a moralização da política como prioridade significa perceber que agir de determinada maneira representa uma obrigação moral dos agentes políticos, independentemente do número de votos que daí resultar – significa colocar o interesse de longo prazo da Democracia acima da circunstância eleitoral individual de cada momento.

Reconquistar a confiança da sociedade é, mais do que um interesse pela sobrevivência dos partidos, uma necessidade do próprio sistema político e uma exigência das pessoas, com vista à manutenção de uma Democracia sustentável.

A PRIORIDADE PELA DEMOCRACIA INTERNA

A qualidade da nossa Democracia interna é não só espelho da sociedade em que vivemos, mas também motor de viragem social. As mudanças que até agora liderámos na sociedade portuguesa representam uma herança que urge voltar a cumprir, não só pela firmeza das posições firmadas pela JSD, mas também pela qualidade e elevação com que conduzimos esses debates.

*“A qualidade do debate interno é fundamental para garantir a legitimidade, abrangência e competência das nossas posições e a sua aderência à realidade. A existência de listas contrárias, em particular aos órgãos executivos e de aconselhamento, é, pois, de salutar. Na verdade, acreditamos que a perpetuação de candidaturas únicas arriscará deitar por terra a renovação de ideias, o debate genuíno e apaixonado, a transação de pontos de vista e o aperfeiçoamento de posições comuns. **Embora não seja responsabilidade de qualquer órgão assegurar a existência de mais do que uma candidatura em qualquer contenda eleitoral, acreditamos que também em momento algum se deverão encetar esforços que contradigam este fundamental princípio de Democracia interna.**”*

XXIV Congresso Nacional da JSD: Abordagens à Organização Interna e à Credibilização

Nestes tempos de perversão da Democracia, a JSD tem de manter o foco nas pessoas e na dignidade da pessoa humana, na certeza de que só o aprofundamento da qualidade do debate interno será capaz de refletir na sociedade a transformação moralizadora que se impõe. Não podemos continuar a deixar espaço para que determinadas práticas se tornem comuns, nem a legitimar a desmoralização da classe política e da sociedade. É crucial, por isso, definir o recentramento na ética, nos valores e na moralização como prioridade da nossa ação política – é essa a responsabilidade individual de cada um e a responsabilidade coletiva de todos, sob pena de continuarmos a deixar definhando o regime Democrático.

A COESÃO NACIONAL

Uma força política que advogue ser defensora da coesão do território e que não a pratique internamente é uma força política sem futuro, que se descredibiliza em si mesma, e que não cumpre os requisitos para liderar o debate sobre a representatividade política. Urge garantir, internamente, novas formas de assegurar a representatividade dos territórios de baixa densidade e de contrariar as lógicas dos “sacos de voto” que hoje dominam a Democracia interna dos partidos.

Alertar para a concentração de militância em determinados polos urbanos é também alertar para as dificuldades de implantação da Social Democracia no todo nacional. Uma JSD que perca os territórios do Sul, ou quaisquer outros, é uma JSD que perde o país. Ora, esta realidade, que não é novidade, além de se ter agravado nos últimos anos, minou também a qualidade da nossa Democracia, tendo concentrado as lógicas de poder em centros de decisão que usurparam o poder pela lógica da relevância eleitoral.

“(...) se é legítimo que uma candidatura concentre esforços em determinadas zonas que lhe possam, em Congresso, assegurar um maior número de votos, uma liderança procurará assegurar a coesão nacional, a discriminação positiva das regiões mais parcas, e assegurar um desenvolvimento integrado da estrutura. Mais do que isso, uma liderança sábia reconhecerá a necessidade de refundar a Social Democracia em determinadas zonas do país, de iniciar um combate sério, corajoso e frontal contra a desertificação do interior e do Alentejo, e de garantir a proximidade e a alocação de recursos a estas regiões, num combate que deve ir além da própria JSD e transparecer para o debate político de âmbito nacional.”

XXIV Congresso Nacional da JSD: Abordagens à Organização Interna e à Credibilização

A relação da JSD com a sociedade não deve apenas consubstanciar um reflexo do que é a implantação da Social Democracia no território, mas sim corporizar a necessidade de implantar os nossos ideais de sociedade numa visão integrada do país. A renovação dos quadros políticos é uma necessidade do todo nacional, e isso far-se-á por uma captação de militantes e simpatizantes representativa também dos territórios de baixa densidade.

A JSD enfrenta desafios de implantação e de coesão territorial notáveis. É nosso dever reconhecer a necessidade de intervenção quanto antes no sentido de assegurar o equilíbrio de forças entre regiões e garantir que não se perde irremediavelmente, em determinados pontos do país, a ligação às pessoas – verdadeiro foco da nossa ação política.

COMEÇAR CÁ DENTRO A TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE

A degradação da qualidade da classe política e do próprio sistema, que naturalmente se reflete no comportamento do eleitorado, resulta da ausência de princípios e de valores morais nos processos de decisão e, por vezes, nas próprias decisões – resulta de um laxismo que conduz ao caminho mais fácil, por medo de repercussões eleitorais, por clientelismos e por amiguismos, que acaba por resultar num ciclo vicioso de suspeição. Em contradição, o caminho mais fácil, i.e, aquele que deveria conduzir a maiores proveitos eleitorais, leva-nos a resultados contraditórios, uma vez que o crescente afastamento entre eleitos e eleitores acaba por, numa situação de equilíbrio, prejudicar os prevaricadores. No entanto, esperar que o sistema expulse os medíocres não é solução para quem quer uma Democracia saudável, até porque os maus acabam, também, por expulsar os bons.

A classe política deve estar sujeita a redobrada atenção do ponto de vista ético, não obstante esta seja uma obrigação de toda a sociedade – e não obstante se sinta mais ou menos, muitas vezes em interdependência com o clima económico e social. Além disso, é natural que a autoridade dos decisores esteja condicionada pela sua moralidade, uma vez que qualquer suspeição mina a tolerância da sociedade em face das escolhas políticas.

A Democracia exige-nos – e bem – especiais cuidados do ponto de vista ético, uma vez que, em Democracia, a censura ética tem de estar acima do escrutínio jurídico. Ou seja, o bom senso moral é, muitas vezes, o único garante da correção em face de comportamentos que não configuram ilegalidades, sendo que se exige que nem assim se mantenha a impunidade.

Na política, e nos partidos, não pode valer tudo – procurar ganhar eleições a qualquer preço é diametralmente oposto ao que deve ser a política e é inteiramente condenável. Na verdade, nenhum resultado eleitoral substitui a consciência dos valores e princípios éticos que devem reger a política e a sociedade. Pelo contrário, é preciso saber arriscar a derrota sob pena de colocar em causa todo o sistema – uma vitória construída à custa da moralidade é uma derrota da Democracia em que dizemos acreditar, e é uma usurpação do sistema democrático em favor de interesses pessoais ou particulares. Sem essa moralidade, colocamos em causa a coesão democrática e a credibilidade das instituições, bem como a nossa capacidade para corporizar qualquer projeto para o país.

Assumir as consequências de comportamentos desviantes e eticamente censuráveis, ou mesmo abomináveis, é assumir a necessidade de se refundar a Democracia. A JSD precisa, também, dessa refundação, assumindo um compromisso claro com uma Democracia sustentável, não apenas fundada na lógica do Direito, mas baseada no plano ético e moral. Só reconhecendo essa necessidade seremos capazes de iniciar a transformação da nossa classe política e de voltarmos a credibilizar os partidos. Deste modo, devemos:

1. Assumir o compromisso ético como prioridade fundamental do próximo mandato nacional, e lançar o debate sobre a moralização interna e externa da vida política;
2. Desenvolver um plano de formação para a ética e para a moralidade;
3. Promover um Encontro Nacional de Concelhias sobre a Moralização da Vida Política, cujas conclusões se consubstanciem num Compromisso por uma Democracia

Sustentável acordado e subscrito por todos os presentes e disponível para subscrição por todos os dirigentes, militantes e simpatizantes da JSD;

4. Encetar esforços no sentido da criação de uma Comissão de Ética, com legitimação por via de uma Revisão Estatutária, que será responsável pela apreciação no plano dos valores e princípios éticos da atividade de todos os militantes, dirigentes e representantes da JSD – além do incumprimento dos Estatutos, já alvo de apreciação pelo Conselho de Jurisdição Nacional, importa reconhecer que há situações que, não se colocando no plano do Direito, constituem violações da ética que ferem, com especial gravidade, a qualidade da nossa Democracia.

Adequar a prática interna ao discurso político é um imperativo de consciência especialmente importante quando tratamos de questões éticas. Não o fazer é ferir de morte a nossa Democracia.

Aos políticos exige-se o exemplo – aos jovens políticos exige-se, também, o futuro.

Póvoa de Varzim

Abril de 2018